



TJ-MA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Praticando- 400 Questões
Gabaritadas

Técnico Judiciário- Apoio
Técnico Administrativo



CÓD: SL-192MA-24
7908433254867

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Gestão Pública e Ética	63
3. Noções de Administração	77
4. Noções de Administração pública	95
5. Noções de Administração Financeira e Orçamentária	103
6. Noções de Direito Constitucional	123
7. Noções de Direito Administrativo	139

LÍNGUA PORTUGUESA

1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A riqueza e o primoroso esmero do trajar, o porte altivo e senhoril, certo balanceio afetado e langoroso dos movimentos davam-lhe esse ar pretensioso, que acompanha toda moça bonita e rica, ainda mesmo quando está sozinha. Mas com todo esse luxo e donaire de grande senhora nem por isso sua grande beleza deixava de ficar algum tanto eclipsada em presença das formas puras e corretas, da nobre singeleza, e dos tão naturais e modestos ademanos da cantora. Todavia Malvina era linda, encantadora mesmo, e posto que vaidosa da sua formosura e alta posição, transluzia-lhe nos grandes e meigos olhos azuis toda a nativa bondade do seu coração.

Malvina aproximou-se de manso e sem ser pressentida para junto da cantora, colocando-se por detrás dela esperou que terminasse a última copla.

— Isaura!... disse ela pousando de leve a delicada mãozinha sobre o ombro da cantora.

— Ah! é a senhora?! — respondeu Isaura voltando-se sobressaltada.

— Não sabia que estava aí me escutando.

— Pois que tem isso?... continua a cantar... tens a voz tão bonita!... mas eu antes quisera que cantasses outra coisa; porque é que você gosta tanto dessa cantiga tão triste, que você aprendeu não sei onde?...

— Gosto dela, porque acho-a bonita e porque... ah! não devo falar..

— Fala, Isaura. Já não te disse que nada me deves esconder, e nada rezear de mim?...

— Porque me faz lembrar da minha mãe, que eu não conheci, coitada!... Mas se a senhora não gosta dessa cantiga, não a cantarei mais.

— Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima dos teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço.

(A *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. Fragmento.)

Levando em consideração a norma culta da Língua Portuguesa, há **ERRO** de grafia em:

(A) A escrava nada tem a rezear de Malvina.

(B) Malvina e Isaura não tem segredos entre si.

(C) Isaura tem a voz linda como a de uma cantora.

(D) Cantar é uma das atividades favoritas de Isaura.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Texto

Sem medo de errar

A atmosfera política do mês passado não foi a de um spa nas montanhas. Era abrir o celular e vinha artilharia pesada, agressões que abalavam o sistema nervoso. Cada um defendeu sua saúde mental como pôde. A leitura sempre me salva nessa hora, mas, ao invés de buscar algum livro inquietante, como gosto, me socorri com Buda, já que Deus estava sobrecarregado. Atravessei os dias lendo “Eu posso estar errado”, de *Björn Natthiko Lindeblad*, um monge sueco que faleceu recentemente, aos 60 anos.

Aos 26, ele era um economista bem-sucedido, com muitos ternos no armário e voos em classe executiva. Até que se fez a pergunta de um milhão: É isso que eu quero mesmo? A fim de buscar um sentido espiritual para sua vida, largou tudo e aterrissou com sua mochila num mosteiro na Tailândia. Ao se apresentar a um abade, escutou: “Pode ir para o dormitório. Se ainda estiver aqui daqui a três dias, raspe a cabeça”.

Foi uma experiência radical de desapego, isolamento e dúvidas – benditas dúvidas, que geram reflexões como a que dá título ao livro: “Eu posso estar errado”. Quantas vezes a gente diz isso para si mesmo? Duas a cada 100 anos.

Ele aconselha usar a frase como mantra para momentos de tensão, situações de enfrentamento, discussões virulentas. Pense: “eu posso estar errado”. A paz, subitamente, cai do céu. Fui criada para acertar, para nunca me desviar do que é correto. O que é ótimo, mas lá pelas tantas o acerto ganhou um *status* exagerado, a coisa foi ficando militarizada, reprimiu a espontaneidade. Ora, errar faz parte do crescimento. As pessoas se enganam, brigam, falam sem pensar, magoam, pedem desculpas, e assim, aos troços, vai se construindo uma identidade mais verdadeira, que se reconhece complexa, não perfeita.

Ninguém sabe tudo, ninguém acerta o tempo todo – os fortes são os primeiros a reconhecer. Já os fracos se apegam a discursos laudatórios autorreferentes e a uma

rigidez cuja única função é disfarçar sua vulnerabilidade. Se declaram acima dos mortais e ficam lá no topo, sozinhos. Este é o isolamento fatal.

Não sou rigorosa com os outros, mas comigo sempre fui tirana, não me permitia falhar. Ainda me permito pouco: sou exemplar cumpridora de tarefas, atenta, educada e tudo o mais que se preza. Mas erro feio – comigo – ao não relaxar diante de eventuais vacilos e por me exigir o que não exijo de ninguém. Lidar com o erro de forma tranquila nos torna pessoas menos obsessivas, portanto, menos chatas, o que é uma contribuição para a paz mundial.

Então, vamos em frente buscando a eficiência possível, mas aceitando que a perfeição é um delírio e que a nossa verdade nem sempre bate com a verdade do outro. Fazer o quê? Respirar fundo. Aqui mesmo, que a Tailândia é muito longe.

(MEDEIROS, Martha. *Sem medo de errar*. Jornal O Globo, 2022.

Disponível em <https://oglobo.globo.com/ela/martha-medeiros/coluna/2022/11/sem-medo-de-errar.ghtml>. Acesso em: 31/12/22.)

Em alguns contextos, os adjetivos podem ser substantivados, ou seja, podem aparecer como termos independentes no enunciado, representando o substantivo omitido que qualificariam. Com base nessas informações, assinale a passagem cujo adjetivo destacado foi empregado com valor de substantivo.

- (A) “Se declaram acima dos mortais e ficam [...]” (5º§)
 (B) “[...] o acerto ganhou um status exagerado, [...]” (4º§)
 (C) “[...] não relaxar diante de eventuais vacilos [...]” (6º§)
 (D) “Foi uma experiência radical de desapego, [...]” (3º§)
 (E) “[...] buscar um sentido espiritual para sua vida, [...]” (2º§)

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A alma dos diferentes

Diferente não é quem o pretenda ser. Esse é um imitador do que ainda não foi imitado, mas nunca um ser diferente.

Diferente é quem foi dotado de alguns “mais” e alguns “menos” em hora, no momento e lugar errados para os outros. Que riem de inveja de não serem assim, e de medo de não aguentar, caso um dia venham a ser. O diferente é um ser sempre mais próximo da perfeição.

O diferente nunca é um chato. Mas sempre é confundido por pessoas menos sensíveis e avisadas. Supondo encontrar um chato onde está um diferente, talentos são rechaçados; vitórias são adiadas; esperanças são mortas.

Um diferente medroso, este sim acaba transformando-se num chato. Chato é um diferente que não vingou.

Os diferentes muito inteligentes percebem porque os outros não os entendem. Os diferentes raivosos acabam tendo razão sozinhos, contra o mundo inteiro. Diferente que se preza entende o porquê de quem o agride. Se o diferente se mediocrizou, mergulhará no complexo de inferioridade.

O diferente paga sempre o preço de estar – mesmo sem querer – alterando algo, ameaçando rebanhos, carneiros e pastores. O diferente suporta e digere a ira do irremediavelmente igual, a inveja do comum, o ódio do mediano. O verdadeiro diferente sabe que nunca tem razão, mas que sempre está certo.

O diferente começa a sofrer cedo, já no primário, onde todos os demais de mãos dadas, e até mesmo alguns adultos, por omissão, se unem para transformar o que é peculiaridade e potencial em aleijão e caricatura. O que é percepção aguçada em “– Puxa, fulano, como você é complicado”. O que é embrião de um estilo próprio em “– Você está vendo como é que todo mundo faz?”.

O diferente carrega desde cedo apelidos e marcações, os quais acaba incorporando. Só os diferentes mais fortes do que o mundo se transformaram (e se transformam) nos seus grandes modificadores.

Diferente é o que vê mais longe do que o consenso. O que sente antes mesmo dos demais começarem a perceber. Diferente é o que se emociona enquanto todos em torno agridem e gargalham.

Diferente é o que: engorda mais um pouco; chora, onde outros xingam; estuda, onde outros burram. Quer, onde outros cansam; espera de onde já não vem; sonha entre realistas; concretiza entre sonhadores. Fala de leite em reunião de bêbados; cria, onde o hábito rotiniza; sofre, onde outros ganham.

Diferente é o que: fica doente onde a alegria impera. Aceita empregos que ninguém supõe. Perde horas em coisas que só ele sabe importantes. Engorda onde não deve. Diz sempre na hora de calar. Cala nas horas erradas. Não desiste de lutar pela harmonia. Fala de amor no meio da guerra. Deixa o adversário fazer gol, porque gosta mais de jogar do que ganhar. Ele aprendeu a suportar o riso, o deboche, o escárnio e a consciência dolorosa de que a média é má porque é igual. Os diferentes aí estão: doendo e doendo, mas procurando ser, conseguindo ser, sendo muito mais.

A alma dos diferentes é feita de uma luz além. Sua estrela tem moradas deslumbrantes que eles guardam para os poucos capazes de os sentir e entender. Nessas moradas estão os maiores tesouros da ternura humana dos

quais só os diferentes são capazes. Não mexa com o amor de um diferente. A menos que você seja suficientemente forte para suportá-lo depois.

(Artur da Távola. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/diferentes#a4>. Acesso em: janeiro de 2023.)

O segmento a seguir que apresenta adjetivo sem variação de grau é:

(A) “Mas sempre é confundido por pessoas menos sensíveis e avisadas.” (3º§)

(B) “Os diferentes raivosos acabam tendo razão sozinho, contra o mundo inteiro.” (5º§)

(C) “Os diferentes muito inteligentes percebem porque os outros não os entendem.” (5º§)

(D) “Só os diferentes mais fortes do que o mundo se transformaram (e se transformam) nos seus grandes modificadores.” (8º§)

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

Os amantes

Nos dois primeiros dias, sempre que o telefone tocava, um de nós esboçava um movimento, um gesto de quem vai atender. Mas o movimento era cortado no ar. Ficávamos imóveis, ouvindo a campainha bater, silenciar, bater outra vez. Havia um certo susto, como se aquele trinado repetido fosse uma acusação, um gesto agudo nos apontando.

Era preciso que ficássemos imóveis, talvez respirando com mais cuidado, até que o aparelho silenciasse. Então tínhamos um suspiro de alívio. Havíamos vencido mais uma vez os nossos inimigos. Nossos inimigos eram toda a população da cidade imensa, que transitava lá fora nos veículos dos quais nos chegava apenas um ruído distante de motores, a sinfonia abafada das buzinas, às vezes o ruído do elevador.

Sabíamos quando alguém parava o elevador em nosso andar; tínhamos o ouvido apurado, pressentíamos os passos na escada antes que eles se aproximassem. A sala da frente estava sempre de luz apagada. Sentíamos, lá fora, o emissário do inimigo. Esperávamos quietos. Um segundo, dois – e a campainha da porta batia, alto, rascante. Ali, a dois metros, atrás da porta escura, estava respirando e esperando um inimigo. Se abrissemos, ele – fosse quem fosse – nos lançaria um olhar, diria alguma coisa – e então o nosso mundo seria invadido.

No segundo dia ainda hesitamos; mas resolvemos deixar que o pão e o leite ficassem lá fora; o jornal era remetido por baixo da porta, mas nenhum de nós o recolhia. Nossas provisões eram pequenas; no terceiro dia já tomávamos café sem açúcar, no quarto a despensa estava praticamente vazia. No apartamento mal iluminado íamos

emagrecendo de felicidade. Devíamos estar ficando pálidos, e às vezes, unidos, olhos nos olhos, nos perguntávamos se tudo não era um sonho.

O relógio parara, havia apenas aquela tênue claridade que vinha das janelas sempre fechadas. Mais tarde essa luz do dia distante, do dia dos outros, ia se perdendo, e então era apenas uma pequena lâmpada no chão que projetava nossas sombras nas paredes do quarto e vagamente escoava pelo corredor, lançava ainda uma penumbra confusa na sala, onde não íamos mais. Pouco falávamos: se o inimigo estivesse escutando às nossas portas, mal ouviria vagos murmúrios; e a nossa felicidade imensa era pontuada de alegrias menores e inocentes, a água forte e grossa do chuveiro, a fartura festiva de toalhas limpas, de lençóis de linho.

O mundo ia pouco a pouco desistindo de nós; o telefone batia menos e a campainha da porta quase nunca. Ah, nós tínhamos vindo de muito e muito amargor, muita hesitação, longa tortura e remorso; agora a vida era nós dois apenas. Sabíamos estar condenados; os inimigos, os outros, o resto da população do mundo nos esperava para lançar olhares, dizer coisas, ferir com maldade ou tristeza o nosso mundo, nosso pequeno mundo que ainda podíamos defender um dia ou dois, nosso mundo trêmulo de felicidade, sonâmbulo, irreal, fechado, e tão louco e tão bobo e tão bom como nunca mais haverá.

No sexto dia sentimos que tudo conspirava contra nós. Que importa a uma grande cidade que haja um apartamento fechado em alguns de seus milhares edifícios – que importa que lá dentro não haja ninguém, ou que um homem e uma mulher ali estejam, pálidos, se movendo na penumbra como dentro de um sonho? Entretanto, a cidade, que durante uns dois ou três dias parecia nos haver esquecido, voltava subitamente a atacar.

O telefone tocava, batia dez, quinze vezes, calava-se alguns minutos, voltava a chamar: e assim três, quatro vezes sucessivas. Alguém vinha e apertava a campainha; esperava; apertava outra vez; experimentava a maçaneta da porta; batia com os nós dos dedos, cada vez mais forte, como se tivesse certeza de que havia alguém lá dentro.

Ficávamos quietos, abraçados, até que o desconhecido se afastasse, voltasse para a rua, para a sua vida, nos deixasse em nossa felicidade que fluía num encantamento constante. Eu sentia dentro de mim, doce, essa espécie de saturação boa, como um veneno que tonteia, como se os meus cabelos já tivessem o cheiro de seus cabelos, como se o cheiro de sua pele tivesse entrado na minha.

Nossos corpos tinham chegado a um entendimento que era além do amor, eles tendiam a se parecer no mesmo repetido jogo lânguido, e uma vez que, sentado de

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Leia atentamente o excerto a seguir.

“Atualmente existem inúmeros projetos em andamento no Brasil, decorrentes do que se denomina programas de governo. Os programas, em tese, são selecionados a partir das necessidades da sociedade e contemplados nos Planos Plurianuais dos entes federativos, cujos órgãos executores tratam de elaborar os projetos preliminares, algumas vezes carentes de especificações e conhecimentos técnicos mais profundos. São essas carências na elaboração dos projetos que, após as licitações, ensejarão ajustes nos cronogramas físico-financeiros, gerando atrasos por falta de especificações técnicas, falta de materiais e equipamentos, falta de licenças legais e ambientais, extrapolação orçamentária e, ainda, falhas decorrentes da descentralização de recursos orçamentários entre União, Estados e Municípios, não devidamente consultados ou informados dos projetos, dentre outras causas possíveis.”

São considerados fatores que podem impactar positivamente a gestão de projetos na administração pública:

- (A) Falha na averiguação de registro de propriedade de imóveis públicos antes do processo licitatório.
- (B) Existência de metodologia para elaboração e gestão de projetos integrados com ações de engenharia, ações sociais e ações ambientais.
- (C) Inexistência de recursos por parte de um ou mais entes federativos para contratação e elaboração de planos e projetos integrados.
- (D) Existência de normas de regularidade fiscal que impedem o repasse de recursos a alguns municípios carentes, em débito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando a implantação de gestão estratégica na Administração Pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O desempenho de uma organização está condicionado às pessoas que nela atuam; por isso, o planejamento estratégico deve abranger desde o nível macro até o individual.

(B) A gestão de recursos humanos passa a assumir um papel estratégico dentro da organização, tendo ainda o dever de se atentar ao desempenho dos recursos humanos direcionando-os para os resultados.

(C) Após as mudanças pretendidas pelas reformas gerencialistas, principalmente na década de 1990, os dirigentes passaram a lidar com muito menos paradoxos relacionados à transformação contínua das organizações.

(D) No contexto da Administração Pública, são instrumentos de gestão estratégica: o planejamento de recursos humanos; a gestão por competências; a capacitação continuada com base em competências; e, a avaliação de desempenho fundada em competências.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre a gestão pública estratégica, no que tange à eficiência, eficácia e excelência nos serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atuação do Estado na prestação de serviços públicos demanda atender ao princípio da eficiência, sendo a eficácia mais atinente à atuação das organizações de mercado.
- (B) A prestação dos serviços públicos pode ocorrer de forma descentralizada, visando ampliar os meios de acesso da população às comodidades e utilidades geridas pelo Estado.
- (C) A prestação de serviços públicos, por meio de parcerias entre a sociedade e o poder público, permite a descentralização de atividades importantes como a segurança pública.
- (D) Com a alteração do texto constitucional brasileiro, passando a constar como princípio fundamental a eficácia e não a eficiência, os serviços públicos tendem a ser mais efetivos.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre os processos de planejamento na Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) O planejamento estratégico do governo federal, por força de lei, deve aplicar a metodologia de objetivos e resultados-chave, conhecida pela sigla OKR em inglês.
- (B) Uma das áreas estruturadas em planejamento governamental é a de orçamento e finanças, cujos instrumentos de planejamento estão previstos na Constituição Federal.
- (C) No planejamento de políticas públicas sociais, o Estado exerce o papel de executor, havendo a participação da sociedade apenas na fase de elaboração e avaliação.
- (D) O planejamento em compras públicas é uma realidade consolidada na gestão pública brasileira, já que desde 1990 exige-se a elaboração do plano plurianual de aquisições.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O trabalho em equipe é uma estratégia de organização do trabalho que visa a articular todos os atores, suas práticas e saberes, possibilitando os resultados esperados e a qualidade dos serviços prestados.

() O clima organizacional costuma refletir o grau de satisfação com o trabalho, sendo a qualidade do relacionamento interpessoal um dos seus componentes mais importantes.

() Quando as relações interpessoais não são predominantemente marcadas por disputas e conflitos, fica mais fácil focar no trabalho em equipe, o que pode ajudar a aumentar os índices de produtividade.

A sequência está correta em

- (A) V, V, V.
- (B) F, V, F.
- (C) V, F, V.
- (D) F, F, F.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

No processo de gestão de conflitos, seja na Administração pública ou privada, a diferença estabelecida na comunicação através do diálogo é que a intenção não é advogar, argumentar ou convencer, mas perguntar, explorar e descobrir. Os processos que usam do diálogo estão preocupados em formar e manter as relações entre as pessoas de maneira duradoura e têm por características, EXCETO:

- (A) Arrefecer o empoderamento das pessoas.
- (B) Respeitar o outro, dar abertura, ter empatia e ser transparente.
- (C) Desenvolver o senso de propriedade, de participação no processo.
- (D) Buscar aprendizagem no sentido de uma abertura para ouvir e refletir sobre o que os outros dizem, para que interajam de forma não conflituosa.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Estratégias de negociação são técnicas que contribuem para o acordo entre as partes. Um bom negociador sabe que:

I. É importante se preparar para não entrar na negociação em desvantagem por não ter todas as informações necessárias.

II. Deve manter a mente aberta, estando pronto para alterar seu posicionamento se informações inesperadas forem colocadas durante o processo de negociação.

III. Procura ter certeza de que entendeu o ponto de vista de seu interlocutor, repetindo o que ele disse, demonstrando, assim, que estava prestando atenção e, ainda, irá validar o seu raciocínio.

IV. Para avançar precisa ceder em alguma coisa, pois assim demonstra ao seu interlocutor que também está disposto a pensar nas necessidades do outro, sendo aberto a negociar pelo melhor interesse mútuo. V. Deve dedicar tempo suficiente ouvindo o que a outra parte está dizendo, pois, muitas vezes, as pessoas já entram em uma negociação com todas as respostas prontas e acabam cometendo equívocos.

VI. Quando todas as partes se esforçam para que o outro também saia ganhando, o resultado tende a ser positivo, pois as pessoas saem do processo com o sentimento de que até podem ter cedido em algum aspecto, mas também ganharam alguma coisa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV, V e VI.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e VI, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Relações humanas nas organizações são importantes na construção de um ambiente de trabalho saudável, produtivo e harmonioso, centrando-se nas pessoas, nas maneiras que interagem e se relacionam, referindo-se às interações, conexões e vínculos estabelecidos entre os indivíduos. Entretanto, o conflito é inevitável, inerente aos agrupamentos humanos; ele constitui-se no desentendimento entre dois ou mais indivíduos. Porém, os conflitos funcionais são considerados bons pois apoiam e desenvolvem os grupos, motivam o aprendizado e a busca por novos desafios; os conflitos disfuncionais são vistos de forma negativa pois atrapalham o desempenho do grupo, se referindo a situações de desconfiança, discordância e confronto de ideias que causam discórdia e antipatia.

(GRIFFIN, 2007; CHIAVENATO, 2020; ROBBINS, 2010. Adaptado.)

Tendo em vista os Conflitos Funcionais (CF) e os Conflitos Disfuncionais (CD), relacione adequadamente as colunas a seguir.

() Ambiente de aprendizado; os conflitos são vistos como oportunidades de aprendizado e crescimento, podendo as partes envolvidas lidar com diferentes opiniões e suas habilidades de resolução de conflitos.

() Competição agressiva e, que, em vez de colaboração, pode gerar conflitos quando as pessoas buscam interesses individuais em detrimento do bem-estar da equipe.

() Comunicação aberta e honesta entre os membros da equipe, o que permite que os conflitos sejam discutidos de maneira construtiva, evitando mal-entendidos e ressentimentos.

() Conflitos de personalidade podem intensificar as incompatibilidades, os valores e os diferentes estilos de trabalho; e, ainda, conduzir a disputas individuais, pois diferenças não resolvidas geram frequentes tensões.

() Construção de confiança, permitindo a abordagem dos conflitos de maneira mais aberta, pois as pessoas têm confiança de que suas preocupações serão tratadas com respeito.

() Desconfiança mútua e discórdia, ainda que não ditas, dificultam a resolução de conflitos, pois as partes podem não acreditar nas intenções umas das outras.

A sequência está correta em

(A) CF, CF, CD, CD, CD, CF.

(B) CF, CD, CF, CD, CF, CD.

(C) CD, CD, CF, CF, CD, CD.

(D) CD, CF, CD, CF, CD, CF.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

O conflito pode trazer resultados positivos ou negativos para pessoas e equipes, sobretudo para a organização como um todo. A questão primordial é como gerir o conflito de maneira a aumentar os efeitos positivos (construtivos) e a minimizar os negativos (destrutivos). Essa tarefa cabe ao gestor. Sobre os estilos de gerir conflitos por meio de duas dimensões: assertiva e cooperativa, analise as afirmativas a seguir.

I. O estilo de colaboração reflete moderada porção de ambas as características de assertividade e de cooperação. É apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, quando os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças, ou quando as pessoas precisam chegar a alguma solução temporária sem pressão de tempo; deve-se ter jogo de cintura.

II. O estilo de compromisso reflete alto grau de assertividade e de cooperação. O estilo colaborativo habilita ambas as partes a ganhar; utiliza substancial parcela de negociação e de intercâmbio. O estilo de colaboração é importante quando os interesses de ambos os lados são consideráveis, quando os pontos de vista das partes podem ser combinados para uma solução mais ampla e o compromisso de ambos os lados requer consenso; deve-se resolver para que ambas as partes ganhem e se comprometam com a solução.

III. O estilo de evitação reflete uma postura não assertiva nem cooperativa; é apropriado quando um assunto é trivial, quando não existe nenhuma possibilidade de ganhar, quando uma demora para obter maior informação se torna necessária ou um desentendimento pode ser muito oneroso; é necessário se manter em copas.

IV. O estilo de acomodação reflete alto grau de cooperação e funciona melhor quando as pessoas sabem o que é errado; um assunto é mais importante que outro, quando se pretende construir créditos sociais para utilizar em outras situações ou manter a harmonia é mais importante; deve-se “ir levando”.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) I e II.

(B) III e IV.

(C) I, II e III.

(D) I, II e IV.

10. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Em múltiplas organizações ocorre a relação de agência, que compreende “a relação entre agentes que decorre de um ‘contrato’ estabelecido entre um indivíduo (ou grupos de indivíduos), denominado principal, e outro indivíduo (ou grupo de indivíduos), conhecido por agente. Nessa relação que se forma, o principal delega ao agente alguma autoridade para realizar atividades e tomar decisões do seu interesse”. No entanto, nas organizações podem ocorrer conflitos nessa relação de agência, em que o principal espera que o agente tome decisões do seu interesse, mas ele pode tomar outras decisões pautadas em múltiplos interesses e visões do mercado e da economia, ou definir um curso não esperado pela própria relutância em tomar certas decisões, dada a responsabilização inerente às decisões.

(ASSAF NETO, A. *Finanças corporativas e valor*. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.)

Com base no contexto apresentado, a principal causa para o problema de agência ou conflito de agência decorre de:

- (A) Custos de transação.
- (B) Responsabilidade social.
- (C) Assimetria de informação.
- (D) Administração de pessoal.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Mais do que um local apenas focado no ambiente de negócios ou na prestação de serviços públicos à população, as organizações públicas ou privadas também devem ser gerenciadas para propiciar um ambiente de trabalho saudável e harmonioso para os seus colaboradores. Entretanto, mesmo as organizações que propiciam um ótimo clima organizacional também estão suscetíveis à ocorrência de conflitos; por isso, é importante entendê-los, para que os seus efeitos possam ser amenizados.

São consideradas as principais condições geradoras de conflito no ambiente organizacional, EXCETO:

- (A) Objetivos concorrentes: quando ocorre a diferenciação, ou seja, objetivos e interesses diferentes dos demais grupos da organização.
- (B) Recursos compartilhados: quando as pessoas passam a compartilhar os seus recursos de maneira colaborativa e equânime, a exemplo, de orçamentos, máquinas e equipamentos ou espaços.
- (C) Ambiguidade de papel: quando as expectativas pouco claras e confusas, além de outras incertezas, aumentam a probabilidade de fazer com que pessoas sintam que estão trabalhando para propósitos incompatíveis.

(D) Interdependência de atividades: ocorre quando um grupo não pode realizar a sua tarefa ou alcançar seus objetivos a menos que outro grupo realize e alcance o seu. Isto cria condições para que um grupo ajude ou prejudique o trabalho dos demais.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

“Conflitos e negociações são sempre considerados processos complexos e controversos. Apesar de os conflitos serem geralmente vistos sob uma perspectiva negativa, ao passo que a negociação é vista sob uma ótica positiva, cada um pode gerar resultados positivos e negativos. O que se considera positivo ou negativo costuma depender da perspectiva de cada um. Na visão interacionista, que é a crença de que o conflito não é apenas uma força positiva em um grupo, mas absolutamente necessário para que seu desempenho seja eficaz, pode-se distinguir que o tipo de conflito _____ contribui para melhorar o desempenho do grupo.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- (A) de tarefa
- (B) funcional
- (C) disfuncional
- (D) de relacionamento

13. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

A Nutrimental, fabricante das famosas barrinhas de cereais *Nutry*, é uma empresa que soube explorar os variados benefícios gerados pelos conflitos funcionais. Quando a empresa lançou o produto no mercado, seu posicionamento era o de uma guloseima, concorrendo com balas e biscoitos. Após diversas discussões e debates, resolveu-se que as barrinhas *Nutry* deveriam ser vendidas como um alimento saudável e conveniente, que pode ser consumido a qualquer momento em qualquer lugar. Após tal modificação, que desencadeou o grande sucesso do produto, a Nutrimental resolveu implantar uma “equipe de jurados”, responsável por avaliar as sugestões enviadas por executivos e funcionários. Na empresa, o conflito é visto como uma boa forma de aumentar as chances de acerto nas decisões, algo fundamental, uma vez que “reduzir a margem de erro é vital para uma empresa média, como a Nutrimental”, diz Guilherme Meister, gerente de *marketing* estratégico da organização. Considerando as abordagens gerais para a negociação, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Negociação distributiva.
 2. Negociação integrativa.
- () Aumentar o montante em disputa para que ambas as partes fiquem satisfeitas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

1. Instituto Consulplan - 2024

A administração dos recursos materiais diz respeito à forma como é gerenciada a parte física das organizações, tendo por objetivo assegurar o fornecimento dos bens necessários à manutenção da operacionalidade da produção. De acordo com Martins (2009, p. 4), considerando as funções da administração de materiais, relacione adequadamente os itens às suas respectivas características.

1. Almoxarifado.
2. Aquisição.
3. Estoque.
4. Transporte e distribuição.

() Corresponde ao gerenciamento do trânsito dos materiais entre os fornecedores e a organização, ao transporte interno e entre a organização e os clientes (distribuição).

() Diz respeito à responsabilidade por identificar quem possui as matérias-primas e os componentes necessários no ambiente externo, negociar condições de pagamento, qualidade e quantidade, comprar os materiais necessários e definir contratos de fornecimento.

() É o acompanhamento do cumprimento das políticas definidas para os diferentes materiais existentes na organização.

() É o local onde são guardados os materiais para posterior utilização.

A sequência está correta em

- (A) 1, 4, 2, 3.
- (B) 2, 3, 1, 4.
- (C) 3, 1, 4, 2.
- (D) 4, 2, 3, 1.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

O aspecto que se constitui em base para qualquer sistema de gerenciamento de materiais é a informação adequada dos dados ou a qualidade das informações processadas.

Podem ser considerados os maiores problemas relativos a esta falha, EXCETO:

- (A) Armazenamento adequado.
- (B) Má localização dos estoques.
- (C) Procedimento de contagem física inadequado.
- (D) Erro de cálculo nos relatórios de entrada e saída de materiais.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A gestão dos recursos materiais e patrimoniais é responsável por equilibrar o uso eficiente de recursos, a otimização de investimentos em estoques e a harmonização dos objetivos de compras, produção, vendas e finanças; deve atender a tais objetivos de forma coordenada e eficaz.

(SLACK et al., 2007.)

Considerando o texto apresentado, o principal desafio das empresas na gestão de recursos materiais e patrimoniais é:

- (A) Priorizar os objetivos financeiros, ainda que isso afete a coordenação entre as áreas de compras, produção e vendas.
- (B) Minimizar a operacionalidade da empresa, buscando uma abordagem mais simplificada e eficiente na gestão de suprimentos.
- (C) Ignorar a gestão de suprimentos e focar apenas nas áreas de produção e vendas, sem considerar estoques e recursos materiais.
- (D) Otimizar investimentos em estoques, garantindo um uso eficiente dos recursos internos e minimizando as necessidades de capital investido.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

As organizações devem manusear bens físicos em seu processo de transformação para revenda ou prestação de serviços; é imprescindível que seja feita a gestão de materiais. Considerando a temática, é correto afirmar que a administração de materiais

- (A) possui as funções de aquisição, transporte e distribuição; entretanto, as funções de almoxarifado e estoques não estão sob sua responsabilidade.
- (B) não engloba a sequência de operações que se inicia com a identificação do fornecedor na compra do bem e termina em sua distribuição ao consumidor final.
- (C) engloba o recebimento do bem adquirido, o transporte interno e o acondicionamento, mas não abrange seu transporte durante o processo produtivo e a armazenagem do produto acabado.

(D) diz respeito à forma como é gerenciada a parte física das organizações; o objetivo é assegurar o fornecimento dos bens necessários à manutenção da operacionalidade da produção.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

A administração dos recursos materiais diz respeito à forma como é gerenciada a parte física das organizações. Seu objetivo é assegurar o fornecimento dos bens necessários à manutenção da operacionalidade da produção. Em relação às funções da administração de materiais, analise as afirmativas a seguir.

I. Aquisição: responsabilidade por identificar quem possui as matérias-primas e os componentes necessários no ambiente externo, negociar condições de pagamento, qualidade e quantidades, comprar materiais necessários e definir contratos de fornecimento.

II. Transporte: gerenciamento do trânsito dos materiais entre os fornecedores e a organização.

III. Distribuição: transporte interno e entre a organização e os clientes.

IV. Almoxarifado: acompanhamento do cumprimento das políticas definidas para os diferentes materiais existentes na organização.

V. Estoque: local onde são guardados os materiais para posterior utilização.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) II e V.
- (B) III e V.
- (C) I, II e III.
- (D) III, IV e V.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A gestão de materiais é responsável pelos recursos materiais e/ou patrimoniais. Em diversas organizações, é feita a classificação dos materiais, que consiste no processo de aglutinação por características semelhantes. Um bom sistema de classificação deve possuir determinadas qualidades ou atributos que o torne satisfatório.

(VIANA, 2011.)

Considerando tais informações, constituem-se em atributos de um bom sistema de classificação de materiais:

- (A) Abrangência; Flexibilidade; Praticidade.
- (B) Simplificação; Padronização; Codificação.
- (C) Catalogação; Especificação; Normalização.
- (D) Por demanda; Por importância; Por perecibilidade.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Considere o levantamento nas requisições dos materiais de escritório em que se constatou a seguinte quantidade de requisições por tipo de produto:

Produto	Quantidade Requisitada
A	20
B	15
C	50
D	10
E	5
F	40
G	10
H	20
I	15
J	60
K	10
L	5

Após a análise dos dados, considere que os produtos têm o mesmo preço de custo para efeitos de simplificação, aplicando o modelo ABC de estoques sendo que os produtos classificados em A representam, aproximadamente, 73% dos custos; os produtos B representem, aproximadamente, 23% dos custos; e, os produtos C o restante. Assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Os produtos E e L pertencem à classificação B de estoques.
- (B) Os produtos A, C, F, J e H pertencem à classificação A de estoques.
- (C) O produto J está inserido na classificação A, sendo o mais requisitado.
- (D) Os produtos B, D, E, G, H, K, I e M pertencem à classificação B de estoques.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Os transportes de cargas possuem cinco tipos de modais, cada um com custos e características operacionais próprias, que os tornam mais adequados para certos tipos de operações e produtos. Todas as modalidades têm suas vantagens e desvantagens. O modal que apresenta como vantagens ser adequado a curtas e médias distâncias, simplicidade no atendimento das demandas e agilidade no acesso às cargas; e, por outro lado, apresenta algumas

desvantagens como fretes mais altos em alguns casos, menor capacidade de carga em relação aos outros modais, sendo menos competitivo para longas distâncias, é o:

- (A) Aéreo.
- (B) Marítimo.
- (C) Rodoviário.
- (D) Ferroviário.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Uma determinada empresa produz escrivaninhas; estantes; e, cadeiras de madeira. Para fabricar cada um desses produtos, são necessárias quatro atividades básicas; analise-as.

- (A) Um recebedor descarrega e estoca as matérias-primas necessárias à elaboração do produto;
- (B) Um montador deve dar forma e montar as matérias-primas deixando o produto parcialmente acabado;
- (C) Um finalizador faz o acabamento, completando a operação de montagem, pintando e acondicionando o produto; e,
- (D) Um expedidor deve despachar os produtos acabados para os clientes.

A mão de obra da empresa consiste em doze colaboradores, organizados em três linhas de montagem compostas de quatro trabalhadores cada uma, com um colaborador em cada linha executando cada uma das quatro atividades básicas. A empresa decidiu agrupar os doze colaboradores de acordo com as tarefas que executam, que é o chamado agrupamento

- (A) funcional.
- (B) por fluxo de trabalho.
- (C) por equilíbrio pontuado.
- (D) por capacidade produtiva

10. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Luther Gulick e Lyndall Urwick ocuparam-se de formular teorias para o entendimento e a administração das organizações. Urwick, em diversos trabalhos publicados no final da década de 1930, empenhou-se também em desenvolver princípios de organização. Considerando que ele identificou oito princípios que se aplicavam a todas as organizações, relacione adequadamente os princípios às suas respectivas características.

1. Objetivo.
2. Correspondência.
3. Responsabilidade.
4. Princípio escalar.
5. Amplitude de controle.
6. Especialização.

7. Coordenação.

8. Definição.

- () Cada pessoa deve ter apenas uma função.
- () Cadeia de comando.
- () Reunir, unificar e harmonizar toda a atividade e esforço.
- () Autoridade e responsabilidades deveriam ser iguais.
- () Nenhum chefe pode supervisionar o trabalho de mais de cinco ou seis subordinados.
- () Toda organização deveria ser a expressão de um propósito.
- () Cada tarefa deve estar claramente especificada.
- () Cada pessoa investida de autoridade é responsável pelo trabalho de seus subordinados.

A sequência está correta em

- (A) 6, 4, 7, 2, 5, 1, 8, 3.
- (B) 3, 6, 2, 5, 1, 7, 4, 8.
- (C) 2, 7, 4, 8, 6, 5, 3, 1.
- (D) 4, 1, 5, 7, 3, 8, 6, 2.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Presentes praticamente em todo lugar e direcionadas ao atendimento de todo o tipo de necessidade de consumo da sociedade atual, as organizações atuam em diferentes áreas da economia, saúde, educação, segurança, dentre outras; por isso, são baseadas em estruturas bastante distintas e diversificadas; no entanto, há algumas características que podem ser comuns e suficientes para agrupá-las e classificá-las conforme algumas tipologias. Considerando a tipologia de Etzioni que enfatiza os sistemas psicossociais das organizações, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Organizações coercitivas.
2. Organizações utilitárias.
3. Organizações normativas.

() O poder baseia-se no controle dos objetivos econômicos. Utiliza-se a remuneração como base principal de controle. As pessoas contribuem para a organização, calculando os benefícios que esperam obter. Exemplo: Empresas.

() O poder baseia-se no consenso sobre objetivos e métodos da organização. Utiliza-se o controle moral para influenciar os participantes em razão do elevado envolvimento. Exemplo: Igrejas, ONG's.

() O poder é imposto pela força física ou controles baseados em prêmios e punições. O envolvimento dos participantes tende a ser alienador em relação aos objetivos da organização. Exemplo: Instituições Penais.

A sequência está correta em

- (A) 1, 2, 3.
- (B) 3, 2, 1.
- (C) 2, 3, 1.
- (D) 1, 3, 2.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

A organização informal caracteriza-se por grupos formados a partir de interesses, atitudes e comportamentos comuns, inspirados por formadores de opinião e influenciadores de atitudes. Não está representada no organograma e caracteriza-se, dentre outros fatores, por atitudes e comportamentos. Trata-se de característica da organização informal:

- (A) Hierarquia.
- (B) Especialização.
- (C) Relação de coesão.
- (D) Amplitude de comando.

13. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Segundo dados divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2019, período pré-pandemia, o Brasil tinha 5,2 milhões de empresas funcionando que empregavam cerca de 53,2 milhões de pessoas. Estes dados demonstram como as empresas são importantes para a economia de qualquer país; no entanto, outros tipos de organizações atuam em setores distintos que também são fundamentais para a sociedade de maneira geral. Sobre os diferentes setores sociais aos quais as organizações estão divididas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Primeiro setor: corresponde às organizações públicas, nas esferas federal, estadual e municipal. Este setor é responsável por proporcionar às pessoas os serviços básicos e elementares para a vida em sociedade como saúde, educação, transporte, segurança, habitação, dentre outros.
- (B) Segundo setor: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) conhecidas, popularmente, como ONGs (Organizações Não Governamentais), são entidades que defendem os interesses comuns, da sociedade, ou de grupos sociais. As OSCIPs não são parte do governo, e não possuem fins lucrativos; apesar disso, podem receber apoio de entidades privadas ou públicas para a manutenção de suas atividades.
- (C) Terceiro setor: também chamada de iniciativa privada, que são representadas pelas empresas que possuem fins lucrativos, podendo ser do setor agropecuário, industrial, comercial ou de serviços. O financiamento de suas atividades é obtido por meio da comercialização de seus produtos ou de serviços.

(D) Quarto setor: também conhecida como “novo setor”, estão incluídas as organizações com alto nível tecnológico e de inovação, como as do setor de informática, comunicação, robótica e *software*, sendo responsáveis por um grande volume de empregos e de geração de renda para as economias.

14. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A Parmalat Brasil experimentou um crescimento impressionante. Ao longo dos 10 anos o tamanho da empresa aumentou 30 vezes, e investiu-se 1 bilhão de dólares na construção de fábricas, na aquisição de empresas e no lançamento de variados produtos. A organização ficou “inchada”, em razão da excessiva diversificação e da falta de coordenação entre as unidades de negócio. No caso da Parmalat, o crescimento da empresa não foi acompanhado pelas mudanças adequadas nas estruturas organizacionais. Podemos afirmar que as decisões sobre os critérios de departamentalização, grau de centralização, coordenação e desenho estrutural são algumas das questões presentes na função:

- (A) Direção.
- (B) Controle.
- (C) Organização.
- (D) Planejamento.

15. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“As funções do administrador têm um significado específico, um conceito próprio, que as torna teoricamente independentes umas das outras, embora, na prática, elas interajam tão fortemente que se tornam independentes. A função _____ tem a atribuição de identificar, dividir e alocar o trabalho. Isto abrange identificar, dividir e agrupar o trabalho a ser realizado; definir responsabilidades e autoridades; bem como estabelecer relações entre grupos de modo a possibilitar que as pessoas trabalhem eficazmente para atingir objetivos.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- (A) dirigir
- (B) planejar
- (C) organizar
- (D) controlar

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“Observa-se que o conceito de governança utilizado com maior frequência na atualidade é o adotado pelo Banco Mundial, segundo o qual governança pode ser aceita como a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, com vistas a promover o desenvolvimento. Para diversos autores, entretanto, esse conceito não passa de uma reformulação do conceito de governabilidade. Nesse debate, fica evidenciado que a principal diferença entre governabilidade e governança está na maneira como _____ dos governos é entendida.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- (A) a representação
- (B) a individualização
- (C) a utilização do poder
- (D) a prestação de contas
- (E) a legitimidade das ações

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“ _____ na formulação proposta pelo Banco Mundial é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento. O referido conceito seria, nessa visão, distinto do de governabilidade, que descreve as condições sistêmicas de exercício do poder em um sistema político.” Considerando os conceitos que aparecem de forma sistemática na literatura contemporânea sobre o Estado, assinale o termo técnico que completa corretamente a afirmativa anterior.

- (A) Governança
- (B) *Accountability*
- (C) Sustentabilidade
- (D) Empreendedorismo

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando que o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o *Internacional Federal of Accountants* apontam dimensões da governança do setor público, relacione adequadamente tais dimensões aos conceitos apresentados.

1. Controle.
2. Estruturas e processos organizacionais.
3. Padrões de comportamento.
4. Relatórios externos.

() Como a gestão exerce a liderança na determinação dos valores e padrões da organização, que definem sua cultura e o comportamento de todos dentro dela.

() Como a parte institucional da organização é nomeada e organizada, como as suas responsabilidades são definidas e a responsabilização é conduzida.

() Como a parte institucional da organização faz a demonstração de sua responsabilização financeira pela gestão dos recursos públicos e o desempenho do seu uso.

() Como é estabelecida uma rede para controle da eficiência e eficácia das operações, da confiabilidade dos relatórios internos e externos e para o cumprimento das normas e regulamentos.

A sequência está correta em

- (A) 1, 2, 3, 4.
- (B) 1, 3, 2, 4.
- (C) 2, 3, 1, 4.
- (D) 3, 2, 4, 1.
- (E) 4, 1, 2, 3.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando as diferenças conceituais e práticas entre governança, governabilidade e *accountability*, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Governança é função direcionadora, haja vista que busca estabelecer os rumos da organização.

() Na administração pública, *accountability* tem relação direta com a transparência das ações de governo e participação social ativa.

() Governança diz respeito a avaliar, dirigir e monitorar.

() A conjunção de liberdade e responsabilidade estimula o desenvolvimento de uma cultura de integridade na gestão dos negócios públicos e incentiva o esforço por melhores políticas e programas de governo.

A sequência está correta em

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, F, V.
- (E) V, F, F, F.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A avaliação da governança corporativa pode ser efetuada pela aplicação de um conjunto estruturado de indicadores de desempenho, principalmente porque esse procedimento consolida um processo sistemático, evolutivo e acumulativo de avaliação de toda a empresa.

São considerados indicadores de desempenho na perspectiva de mercado e dos clientes, EXCETO:

- (A) Imagem.
- (B) Satisfação.
- (C) Informação.
- (D) Conhecimento.
- (E) Liquidez corrente.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

De acordo com os conceitos de governança corporativa, analise as afirmativas a seguir.

I. É o conjunto de práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas – com seus negócios, produtos e serviços – ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, credores, funcionários, governo –, facilitando o acesso às informações básicas da empresa e melhorando o modelo de gestão.

II. As práticas administrativas representam o conjunto de forma de atuação e de procedimentos ou processos estabelecidos, somente de maneira formal, e consagrados em uma amplitude representativa de empresas.

III. Desempenho da empresa é o resultado quantificado e analisado com base em critérios e parâmetros anteriormente estabelecidos, os quais permitem a tomada de decisões para orientar e otimizar os resultados gerais e específicos da empresa.

IV. Quando adequadamente estruturada consolida para a empresa, de forma natural, a melhor abordagem de atuação estratégica que, em sua realidade, pode conseguir, pois todas as atribuições da alta administração – de maneira ampliada – ficam bem definidas, estabelecidas e

interligadas entre si e, principalmente, para com os fatores e variáveis externos, as quais não são controláveis pela empresa.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Considerando que o termo governança, com base na literatura acadêmica, pode ser definido, em sentido amplo, como um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo, analise as afirmativas a seguir.

I. Governança corporativa: oriunda das teorias do management; acentua a necessidade de eficácia, assim como a da accountability na gestão dos bens públicos.

II. Boa governança: utilizada geralmente pelo Banco Mundial em relação às suas políticas de empréstimos, é uma norma que supõe a eficácia dos serviços públicos, a privatização das empresas estatais, o rigor orçamentário e a descentralização administrativa.

III. Governança enquanto sistema sociocibernético: a governança pode ser considerada como o teste-padrão ou a estrutura que emerge em um sistema social- político como o resultado ou o resultado comum dos esforços de interação da intervenção de todos os atores envolvidos.

IV. Governança enquanto conjunto de redes organizadas: refere-se a managing networks that are self-organizing. Considerando que o Estado é um dos atores (e não mais o único e exclusivo ator) no sistema mundial, redes integradas e horizontais (ONGs, redes profissionais e científicas, meios de comunicação) desenvolvem suas políticas e modelam o ambiente desse sistema.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando os conceitos de governança corporativa no setor público, analise as afirmativas a seguir.

I. A governança corporativa no setor público refere-se à administração das agências do setor público, por meio dos princípios de governança corporativa do setor privado, que são totalmente aplicáveis no setor geral do Estado, em que as agências de serviços públicos são agrupadas.

II. O conceito de governança corporativa está relacionado à *accountability* – entendido como a responsabilidade em prestar contas.

III. A organização do setor público deve estar comprometida em assegurar a integridade do que faz, ou seja, não deve aguardar até que os seus dirigentes sejam investigados, mas adotar medidas imediatas para coibir o comportamento não ético por parte desses dirigentes.

IV. A governança corporativa no setor público deve ser entendida como a proteção ao inter-relacionamento entre a administração, o controle e a supervisão, feita pela organização governamental pela situação organizacional e pelas autoridades do governo, visando relacionar os objetivos políticos eficaz e eficientemente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Frente à necessidade de mais confiabilidade nos serviços prestados à população, a gestão pública deve instaurar pilares de governança em suas atividades, o que traria um controle maior de todos os aspectos envolvidos no setor. São considerados pilares da governança na gestão pública, EXCETO:

- (A) *Compliance*.
- (B) Transparência.
- (C) *Accountability*.
- (D) Independência.

10. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A boa governança é crucial para qualquer sociedade que deseja promover o seu desenvolvimento econômico e o bem-estar de seu povo.

A esse respeito assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Até mesmo o menor resquício de burocracia é um empecilho para uma boa governança em instituições públicas.

(B) Uma boa governança exige uma implementação eficaz e os meios para criar coerência entre todas as numerosas atividades governamentais.

(C) As pessoas são extremamente importantes para uma instituição; não só pelo trabalho que realizam, mas também porque são a imagem que os cidadãos têm do governo.

(D) A governança requer meios para responsabilizar os dirigentes pelo desempenho das atividades e assegurar que o setor público seja suficientemente transparente para permitir que a sociedade acompanhe o que está sendo feito.

(E) Para construir uma boa governança, é necessário um conjunto de instituições que possa moldar a maneira pela qual as decisões são tomadas e fornecer alguma legitimidade para as ações implementadas pelo setor público.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Na Administração Pública, governança, governabilidade e *accountability* desempenham papéis cruciais para garantir um governo eficaz, transparente e responsável. Descreve corretamente a relação entre tais conceitos:

(A) Governabilidade se concentra na conformidade com as leis; governança envolve a tomada de decisões; e, *accountability* é a capacidade de governar.

(B) Governança refere-se à capacidade do governo de implementar políticas; governabilidade envolve a transparência; e, *accountability* é o mesmo que governança.

(C) Governabilidade lida com a capacidade do governo de governar; governança envolve a prestação de contas; e, *accountability* é a capacidade do governo de tomar decisões.

(D) Governança aborda a responsabilização e transparência; governabilidade diz respeito à capacidade do governo de governar; e, *accountability* envolve a responsabilização do governo perante os cidadãos e outras partes interessadas.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Os temas governança, governabilidade e *accountability* são intimamente ligados e voltados à Administração Pública. Em termos práticos, a capacidade de organizar os recursos públicos com vistas à otimização gerencial da máquina pública, transformação dos objetivos governamentais em ações públicas, para o atendimento das demandas da sociedade e o alcance dos objetivos do Estado, denomina-se:

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

“Na aprovação do orçamento de determinado ente federativo devem ser incluídos todos os Poderes, órgãos, fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, com detalhamento da dotação orçamentária destinada a cada um deles. Esse detalhamento deve especificar as despesas, usando as classificações por esfera, institucional, funcional, da estrutura programática, dentre outras.” Essa sentença se refere ao conceito do seguinte princípio orçamentário da:

- (A) Publicidade.
- (B) Exclusividade.
- (C) Universalidade.
- (D) Orçamento Bruto.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

O Princípio da Legalidade é explicitamente estabelecido no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 e sua aplicação ao orçamento público possui o mesmo fundamento: cabe ao poder público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar. Considerando que a Constituição Federal de 1988 dispõe no Art. 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais”, é possível inferir que ela determina a:

- (A) Criação de plano plurianual.
- (B) Orientação para o orçamento.
- (C) Formalização das leis orçamentárias.
- (D) Elaboração de mais de um orçamento.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) edição, publicado em novembro de 2021, é uma importante referência para a contabilidade das entidades públicas brasileiras. Como se sabe, essa contabilidade está ancorada em princípios orçamentários, dentre os quais o MCASP apresenta:

- (A) Legalidade; Orçamento Bruto; Anualidade ou Unidade.
- (B) Orçamento Bruto; Anualidade ou Periodicidade; Materialidade.
- (C) Universalidade; Anualidade ou Periodicidade; Unidade ou Totalidade.

(D) Publicidade ou Transparência; Legalidade; Não-Vinculação da Receita de Impostos.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre os princípios orçamentários, analise as afirmativas a seguir.

I. Visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, buscando conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

II. Se restringem ao Poder Executivo de todos os entes federativos – União; Estados; Distrito Federal; e, Municípios.

III. São estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Com base na doutrina e na legislação vigente, sobre os princípios orçamentários, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A possibilidade de reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários configura uma exceção ao Princípio da Anualidade.

() O Princípio da Totalidade obriga registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

() O Princípio da Exclusividade visa a evitar as chamadas caudas orçamentárias, ou seja, a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de temas alheios à previsão da receita e à fixação da despesa orçamentária.

A sequência está correta em

- (A) V, F, V.
- (B) F, V, F.
- (C) V, F, F.
- (D) F, V, V.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“Também se aplica ao orçamento público; está previsto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, ao determinar que o orçamento público deve ser amplamente divulgado à sociedade; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) devem ser publicados bimestralmente e quadrimestralmente respectivamente; e, informações sobre a execução orçamentária da despesa e arrecadação da receita estar disponíveis para qualquer cidadão.” As determinações apresentadas referem-se ao seguinte princípio orçamentário:

- (A) Publicidade.
- (B) Exclusividade.
- (C) Transparência.
- (D) Universalidade.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

O Plano Plurianual – PPA, é o primeiro dos instrumentos de planejamento de qualquer entidade da Administração Pública, estabelecendo um planejamento de médio prazo para o país, estado ou município com os programas e ações prioritárias. Sobre a aplicabilidade do PPA, analise as afirmativas a seguir.

I. Trata e controla as receitas de acordo com às diretrizes previstas no orçamento anual.

II. É elaborado e encaminhado ao Governo Federal para apresentação a sociedade das necessidades de novas políticas públicas.

III. É de responsabilidade da sociedade para com as necessidades estratégicas ao governo.

IV. É um instrumento de planejamento, cuja função é indispensável ao bom funcionamento das ações do Estado, não podendo ser ele uma mera opção do governante.

V. Abrange somente o último ano do governo atuante para melhor controle das despesas fixas.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) IV.
- (B) V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

A Lei Municipal nº 5.057/2020 instituiu a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021 no município de Barbacena. A iniciativa desta Lei, em respeito ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi do:

- (A) Poder Executivo Municipal de Barbacena.

(B) Poder Legislativo Municipal de Barbacena, pois só o Poder Legislativo tem competência para propor leis.

(C) Poder Judiciário Municipal de Barbacena, pois é o Poder Judiciário que pode propor leis que tratem de matéria relativa a orçamento.

(D) Poder Executivo Federal, haja vista que todos os recursos financeiros aplicados no município de Barbacena são oriundos da União.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Sobre os orçamentos, a Constituição Federal de 1988 dispõe que: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais”.

Sobre o Plano Plurianual (PPA), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Estabelece programas de duração continuada e despesas de custeio da Administração Pública, constituindo-se em um programa de curto prazo, que estabelece, de forma regionalizada, as metas e as diretrizes da Administração Pública.

() Representa o planejamento de programas e projetos permanentes que o serviço público oferta à população, sendo elaborado a cada quatro anos, com início e término ao final do primeiro ano de cada mandato executivo.

() Nenhuma ação ou investimento governamental, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem que seja autorizado por alguma lei específica.

() Lida com grandes prioridades nacionais e regionais; possui metas para cada área de atuação do país – como saúde, educação, saneamento, transporte, energia, dentre outras.

A sequência está correta em

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, F, F.
- (D) V, F, V, F.

10. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Sobre a LDO, analise as afirmativas a seguir.

I. O projeto de lei relativo à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

II. As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias devem ser sempre aprovadas, mesmo quando incompatíveis com o plano plurianual.

III. Integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre noções de administração financeira e orçamentária no âmbito federal, analise a afirmativa a seguir:

“A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração do plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a afirmativa está:

- (A) Correta, pois a LDO está assim prevista na Constituição Federal.
- (B) Incorreta, pois a LDO orienta a elaboração da lei orçamentária anual.
- (C) Incorreta, pois a LDO não dispõe sobre alterações na legislação tributária.

(D) Incorreta, pois a LDO não trata da política de aplicação das agências de fomento.

(E) Incorreta, pois a LDO compreende as diretrizes e não as metas e prioridades da administração.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A Lei de Diretrizes Orçamentárias cumpre importante função dentro do modelo de planejamento e orçamento estabelecido pela Constituição Federal e se constitui em um instrumento estruturador do planejamento de curto prazo, detalhando as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente – além de ser um guia utilitário na organização do processo de elaboração dos orçamentos do município que disporá sobre as alterações na legislação tributária. Considerando a Lei Orgânica do Município de São Joaquim da Barra-SP, as Diretrizes Orçamentárias compreenderão, EXCETO:

- (A) O equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) Os critérios e a forma de limitação de empenho.
- (C) Os orçamentos das entidades de Administração Indireta.
- (D) As orientações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

13. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ser aprovadas mesmo quando não estiverem incompatíveis com o Plano Plurianual.

() Tem vigência de um ano, iniciando em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro com o ano civil.

() Conterá a vedação a transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

() Compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente.

A sequência está correta em

- (A) V, F, V, V.
- (B) F, F, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, V, F.

14. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

“Trata-se de lei que estabelece quais serão as metas e prioridades para o próximo ano calendário. Fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.” O trecho anterior trata-se da Lei:

- (A) Orçamentária Anual.
- (B) De Responsabilidade Fiscal.
- (C) De Diretrizes Orçamentárias.
- (D) De Normas Gerais Financeiras.
- (E) Do Sistema Financeiro Nacional.

15. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Em relação ao planejamento, orçamentação e programação financeira, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) A Lei Orçamentária Anual é o instrumento que expressa, anualmente, o conjunto de ações que têm a finalidade de alcançar, setorial e espacialmente, maiores níveis de eficiência e eficácia da ação do governo.
- (B) Toda atividade pública deve se ajustar à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só podem ser assumidos quando consonantes com a programação financeira de desembolso.
- (C) A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do chefe do Poder Executivo.
- (D) Em cada ano deve ser elaborado um plano plurianual pormenorizando a etapa do orçamento-programa. Em referido plano, devem ser considerados, exclusivamente, os recursos orçamentários que podem ser vinculados à execução do programa do governo.
- (E) Para ajustar o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de recursos, deve ser elaborada uma programação financeira de desembolso, de modo a assegurar a liberação oportuna dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho.

16. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será composta da mensagem, projeto de lei de orçamento e tabelas explicativas. Deverão constar nas tabelas explicativas, EXCETO:

- (A) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior.
- (B) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta.
- (C) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta.
- (D) A receita arrecadada nos dois últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.

17. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando as noções básicas sobre Administração Financeira e Orçamentária, conforme disposições constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Das emendas impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser alocados recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios.
- (B) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra não são admitidos no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação.
- (C) A Administração Pública não tem a obrigação de executar as programações orçamentárias, pois deve se atentar aos meios e às medidas necessárias para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- (D) A Lei Orçamentária Anual poderá conter os seguintes dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa: autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

18. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A fase do processo orçamentário no Brasil de discussão, estudo e aprovação pelo Poder Legislativo da proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo, pode ser objeto de ajustes nas despesas e modificações na redação final.

(Sanchez, 2007.)

De acordo com o Art. 33 da Lei nº 4.320/1964, não são admitidas emendas ao Projeto de Lei de Orçamento que visem conceder ou alterar dotação para

- (A) despesa de custeio, ainda que sua inexatidão seja justificada e provada.
- (B) o início de obra, mesmo que o projeto já esteja aprovado pelos órgãos competentes.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Dentre as diversas classificações de constituição, a Constituição Federal da República Federal de 1988 enquadra-se como analítica, uma vez que busca ali regulamentar todos os assuntos relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado. Dentre os temas abordados na Carta Magna brasileira, está a matéria penal, a qual possui diversos artigos enquadrados juridicamente como direitos fundamentais. Diante disso, assinale a alternativa com o único caso hipotético em que houve a correta observação da norma constitucional, que afeta direta ou indiretamente a matéria penal.

(A) “Mário foi preso em flagrante delito pelo cometimento, em tese, do crime de estelionato e quando solicitou à autoridade policial a comunicação de sua família do ocorrido, o pedido foi negado.”

(B) “Euclésio foi processado e julgado pelo crime de homicídio, resultando na condenação à pena de reclusão por sentença penal transitada em julgado, sendo compelido, inclusive, a se submeter a trabalho forçado dentro do estabelecimento prisional.”

(C) “Maria, já naturalizada brasileira, cometeu tempos depois certo crime comum durante uma certa viagem internacional e, quando estava no seu domicílio no Brasil, foi surpreendida com o deferimento do pedido de extradição em seu desfavor àquele país onde ocorreu o ilícito.”

(D) “Determinado estado federativo foi sentenciado a indenizar pecuniariamente Cássia, em razão de ela permanecer no estabelecimento prisional um mês a mais do que o estabelecido na sentença penal, vez que, ao invés dela, procedeu-se à soltura de pessoa homônima, que também estava sob reclusão.”

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional.” O conceito citado reflete qual fundamento do Estado Democrático de Direito, segundo a Constituição de 1988?

- (A) A cidadania.
- (B) A soberania.
- (C) O pluralismo político.
- (D) A dignidade da pessoa humana.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

No Direito, os princípios são identificados como normas amplas, abstratas e genéricas. Na Constituição Federal, estão presentes os princípios estruturantes que servem como fundamento da República Federativa do Brasil. Figura entre esses mandamentos:

- (A) O pluralismo político.
- (B) A redução das desigualdades sociais e regionais.
- (C) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) O bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Os princípios fundamentais são os mandamentos nucleares do sistema constitucional. Eles possuem como função estruturar o ordenamento jurídico, conferir coerência e lógica ao sistema, nortear a interpretação normativa e subsidiar as lacunas jurídicas. Considerando o exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Pluralismo político.
2. Cidadania.
3. Soberania.
4. Dignidade da pessoa humana.

() É o princípio supremo; consiste no valor-fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais.

() Demonstra o compromisso do legislador constituinte com o povo; busca-se que a participação popular nas decisões políticas do Estado seja crescente, o que é garantido ao longo do texto constitucional por meio do voto, da iniciativa popular das leis e de outros instrumentos.

() Garante a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional, outorgando aos cidadãos liberdade de convicção filosófica e política.

() É um atributo do Estado brasileiro, que significa que ele não se subordina a nenhum outro, tanto na ordem internacional quanto na ordem interna.

A sequência está correta em

- (A) 4, 2, 1, 3.
- (B) 3, 1, 2, 4.
- (C) 2, 3, 4, 1.
- (D) 1, 4, 3, 2.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil são valores que orientaram na elaboração da Constituição e são considerados os mandamentos nucleares do sistema constitucional; possuem como função estruturar o ordenamento jurídico, conferir coerência e lógica ao sistema, nortear a interpretação normativa e subsidiar as lacunas jurídicas. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

- (A) O pluralismo político é um poder conferido aos Estados e municípios de forma independente e harmônica.
- (B) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da solução pacífica dos conflitos.
- (C) O princípio fundamental da soberania nacional é considerado o principal dentre todos os demais expressos na CF/1988.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um dos princípios fundamentais.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando que os princípios fundamentais são os vetores axiológicos do Estado Brasileiro escolhidos pelo Poder Constituinte originário e previstos nos Arts. 1º a 4º da Constituição Federal de 1988, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Princípio Federativo.
2. Princípio Republicano.
3. Princípio do Estado Democrático de Direito.
4. Princípio da Soberania Popular.
5. Princípio da Separação dos Poderes.

() Prevê que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

() Define a forma de governo adotada pelo Brasil, fundada na necessidade de eleição, no cumprimento de mandato, no dever de prestar contas e não é uma cláusula pétrea.

() É a forma de Estado; caracteriza-se pela união indissolúvel de suas entidades políticas; o poder é exercido de forma descentralizada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pois são dotados de plena autonomia.

() Fundamenta-se na noção de governo do povo, pelo povo e para o povo; respeita a soberania popular, a vontade geral da nação.

() Conhecido Sistema de Freios e Contrapesos (Checks and Balances System) é, no Brasil, pressuposto do constitucionalismo, sendo considerado, também, como fundamento do Estado Constitucional Democrático de Direito, no qual cada um dos integrantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deve observar suas funções frente a um propósito social.

A sequência está correta em

- (A) 4, 2, 1, 3, 5.
- (B) 5, 4, 2, 1, 3.
- (C) 2, 3, 4, 5, 1.
- (D) 1, 2, 3, 4, 5.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Os princípios fundamentais da República são tratados no Título I de nossa Constituição Federal e abrangem os fundamentos e objetivos da República; os poderes da União; e, os princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil. Em relação a esse tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado brasileiro tem como regime político o Presidencialista.
- (B) A República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais os valores sociais do trabalho e a liberdade de expressão.
- (C) A promoção do bem a todos, sem quaisquer preconceitos e discriminações, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (D) São poderes da União, independentes entre si – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo subordinados o Legislativo e o Executivo ao poder Judiciário em virtude de suas competências de controle.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Considerando os fundamentos da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas a seguir.

I. Decorre da soberania a capacidade do Estado estabelecer o seu ordenamento jurídico interno livre de interferências externas.

II. A cidadania traduz-se no vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um Estado.

III. A norma constitucional que garante a liberdade do exercício de profissão encontra guarida nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

IV. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído no âmbito da União, materializa um dos fundamentos do Estado brasileiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Na Constituição Federal de 1988, a defesa da paz é reconhecida como um dos:

- (A) Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) Princípios estruturantes da cidadania na República Federativa do Brasil.
- (C) Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (D) Fundamentos do Estado Democrático de Direito que caracteriza a República Federativa do Brasil.

10. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

São considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- (A) A cidadania.
- (B) A soberania.
- (C) A dignidade da pessoa humana.
- (D) O pluralismo político-partidário.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - 2022

Além de determinar os princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil, a Constituição de 1988 também dispõe sobre a sua organização político-administrativa. Sobre a moldura principiológica e organizacional presente na Constituição, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da determinação dos povos pode servir como base para o exercício do direito de secessão pelos Estados-membros.
- (B) A União, Estados e Municípios, apesar de ser o país um Estado Laico, poderão estabelecer alianças com os chefes religiosos a nível local e nacional.
- (C) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelos Territórios, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, todos entes autônomos e com expressa previsão constitucional.

(D) Os fundamentos da República Federativa do Brasil expressos em seu Art. 1º englobam a cidadania, o pluralismo político, a soberania popular, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

(E) Em sede das relações com países estrangeiros, a Constituição de 1988 adota o princípio da concessão do asilo político, que é ato de soberania estatal, de competência do Presidente da República e passível de controle de legalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

Os militares Marcelo, Alfredo e Gabriel reuniram-se e decidiram, em comum acordo, deixar de cumprir, sem justo motivo, determinação escrita de seu superior hierárquico. A autoridade militar competente, classificando a conduta como transgressão militar de natureza grave, decretou a prisão disciplinar de Marcelo, Alfredo e Gabriel por dez dias. Considerando as disposições contidas na Constituição Federal, a prisão dos militares é

- (A) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de habeas corpus.
- (B) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de mandado de segurança.
- (C) legal, pois sua conduta configura transgressão militar, hipótese excepcionada pela própria Constituição.
- (D) ilegal, pois não há contra eles um mandado de prisão escrito e expedido por uma autoridade judiciária competente.

13. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A intervenção dos poderes públicos na liberdade de exercício de atividade, ofício ou profissão deve sempre manter correspondência com o objetivo de proteger a coletividade contra possíveis riscos indesejados da própria prática profissional. Considerando o afirmado, assinale a afirmativa correta, que completa o sentido do enunciado.

- (A) Inviável a limitação do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, conforme normativa constitucional de eficácia plena.
- (B) A restrição ao exercício profissional, em qualquer circunstância, representa aplicação limitadora de direito fundamental, sendo incompatível com o arcabouço constitucional.
- (C) As limitações ao livre exercício das profissões serão legítimas somente quando o inadequado exercício de determinada prática representar risco de dano aos participantes da atividade desenvolvida.

(D) As incompatibilidades impostas ao exercício da advocacia para servidores do Judiciário e do Ministério Público são consentâneas com o papel conformador atribuído ao legislador em matéria de liberdade de exercício profissional.

14. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Segundo a Constituição brasileira, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assim, segundo tal conceito, assinale a afirmativa correta.

(A) No Brasil é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de censura ou licença.

(B) O cidadão tem assegurada a livre manifestação do pensamento, sobre qualquer tema, sendo resguardo o direito de anonimato.

(C) Ninguém pode ser poupado de ser punido em razão de desconhecer a lei; portanto, a pessoa que estiver no Brasil só poderá fazer ou deixar de fazer alguma se estiver previsto em lei.

(D) Aquele que tiver sua moral ou patrimônio lesado por terceiro é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

15. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“Equivalem a emendas constitucionais, quando aprovados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, as convenções internacionais e os tratados sobre direitos humanos.” Analise o trecho, observando o que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais, e assinale a afirmativa correta.

(A) As convenções internacionais são recebidas como medidas provisórias.

(B) É de dois terços o quórum de aprovação nas casas do Congresso Nacional.

(C) O trecho é verdadeiro e traduz um dispositivo previsto na Constituição Federal.

(D) Os tratados são aprovados em dois turnos, mas as convenções em um turno só.

(E) Os tratados de direitos humanos não precisam ser aprovados nas duas casas legislativas.

16. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A Associação Alpha, regularmente constituída e em funcionamento há mais de dois anos no estado de Rondônia, teve suas atividades suspensas por determinação do Poder Judiciário. Neste caso, para ter validade, a referida decisão judicial:

(A) Depende de trânsito em julgado, assim como a dissolução compulsória da associação também depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

(B) Independe de trânsito em julgado, ao contrário da dissolução compulsória da associação que depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

(C) Depende de trânsito em julgado, ao contrário da dissolução compulsória da associação que independe do trânsito em julgado da decisão judicial.

(D) Independe de trânsito em julgado, assim como a dissolução compulsória da associação também independe do trânsito em julgado da decisão judicial.

(E) Depende de trânsito em julgado em primeira instância, ao contrário da dissolução compulsória da associação que depende do trânsito em julgado em segunda instância.

17. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Observado o texto da Constituição Federal, analise a afirmativa a seguir:

“Nos termos da lei, é assegurado o direito à proteção dos dados pessoais, _____ nos meios digitais.”

Para manter o sentido constitucional, o termo conectivo que completa a lacuna na afirmativa deve traduzir a ideia de:

(A) Inclusão.

(B) Exclusão.

(C) Conclusão.

(D) Explicação.

(E) Conformidade.

18. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Em 15/06/2005 Ruan foi condenado a cinco anos de prisão pela prática de crime de roubo, com base exclusivamente em um reconhecimento fotográfico feito pela vítima. Dois anos após Ruan iniciar o cumprimento da pena, surgem fatos novos que comprovam sua inocência. Nos termos da Constituição Federal:

(A) É direito de Ruan ser indenizado por erro judiciário.

(B) Ruan poderá propor uma ação de habeas data para requerer sua liberdade.

(C) Ruan só terá direito à indenização por parte do Estado, se ficar preso além do tempo fixado na sentença.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre os princípios administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da impessoalidade pode ser analisado também sob os aspectos do dever de atendimento ao interesse público e no sentido de que a atividade administrativa seja imputada ao órgão ou entidade e não ao próprio agente.

II. Pelo princípio da razoabilidade, há proibição do excesso do Poder Público.

III. Através do princípio da autotutela, a Administração Pública pode rever os próprios atos, seja revogando-os quando ilegais, ou anulando-os, quando inconvenientes ou inoportunos.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

O princípio da eficiência apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público.

(Di Pietro, 2002.)

Constitui-se em uma situação que exemplifica o atendimento ao princípio da eficiência na Administração Pública:

- (A) A contratação de uma empresa especializada em coleta de resíduos para implementar a coleta seletiva contribui significativamente para menos resíduos indo para aterros sanitários e em uma redução nos custos de gestão de resíduos para a prefeitura.
- (B) Os servidores de um determinado município atendem e prestam serviços aos cidadãos com qualidade e rapidez; entretanto, por não haver uma devida organi-

zação, a otimização e o controle dos custos são complicados, gerando a utilização de recursos adicionais para sua prestação.

(C) Um município investiu em um novo sistema de transporte público para fornecer informações em tempo real sobre os horários e a localização dos ônibus, mas a forma de organização e estruturação do setor responsável acabou por tornar o serviço mais oneroso e insatisfatório para a população.

(D) Um sistema *on-line* para agendamento de serviços foi implantado no departamento de emissão de documentos de determinada prefeitura; contudo, a falta de conhecimento e treinamento adequado dos funcionários acabou gerando aumento drástico do tempo de espera e piora do atendimento.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A atuação do Poder Público depende da aplicação de um conjunto de regras e princípios que regem suas atividades. Trata-se do regime jurídico concernente ao exercício da função administrativa. Nesta toada, no que tange aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a afirmativa correta.

(A) A inserção da eficiência administrativa no *caput* do Art. 37 da Constituição Federal ocorreu em uma pretensão de superação da administração pública gerencial, passando para uma administração pública burocrática e autônoma.

(B) Em atenção à crise da legalidade, tanto funcional quanto estrutural, atualmente pode-se entender a legalidade de maneira mais ampla, dentro de uma ideia de juridicidade, englobando todo o direito e não só as leis em sentido formal.

(C) O regime jurídico aplicável à administração pública é invariavelmente o de direito público, devido à verticalidade nas relações travadas pelo Poder Público e decorrente do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

(D) A moralidade administrativa, que acaba por se confundir com a moral comum, encontra-se associada a comportamentos pautados na boa-fé e na honestidade. Este princípio tem aplicação relativizada no que tange à atuação dos agentes políticos.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

A Administração Pública está subordinada aos princípios de Direito Administrativo e, em especial, aos princípios básicos instituídos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República.

(Higa, Castro, Oliveira, 2018.)

Assinale a descrição que corresponde corretamente ao princípio apresentado.

(A) Princípio da Publicidade: conjunto de regras de conduta que deve nortear o agir da Administração Pública.

(B) Princípio da Eficiência: impõe à Administração Pública a obrigação de realizar suas ações com rapidez e perfeição.

(C) Princípio da Legalidade: dever de imparcialidade na defesa do interesse público; está associado com a noção de finalidade, que deve nortear toda a atividade administrativa.

(D) Princípio da Moralidade: a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite; a vontade da Administração Pública é aquela que decorre de lei e não da própria Administração ou seus agentes.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Quanto aos princípios expressos e implícitos da administração pública, considerando o conceito de regime jurídico-administrativo, assinale a afirmativa correta.

(A) A especialidade é o princípio sinônimo de hierarquia e que serve à ordenação dos serviços públicos dentro da estrutura dos órgãos públicos.

(B) A administração pública sujeita-se a princípios expressos e implícitos e, havendo conflito entre eles, deve se priorizar aqueles em detrimento destes.

(C) Os princípios da administração pública formam uma cadeia de valores estruturada em graus, de tal modo que alguns princípios são hierarquicamente superiores a outros.

(D) O princípio da razoabilidade, que se refere à adequação entre meios e fins, é também chamado de princípio da legalidade e destina-se à limitação da discricionariedade administrativa.

(E) Um dos princípios que caracterizam o regime jurídico-administrativo é o da indisponibilidade dos bens e interesses públicos e dele decorrem as sujeições aplicáveis ao poder público, tal qual a exigência de licitação.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

O estado de São Paulo decidiu abrir um concurso público com a finalidade de preenchimento de vagas para o cargo de Administrador. Como um dos requisitos para aprovação, o edital do certame exigiu, com base em lei estadual, que os candidatos comprovassem ter graduação em Curso de Administração Pública ofertado exclusivamente pela Universidade do estado de São Paulo. Considerando as informações apresentadas, e de acordo com o entendimento jurisprudencial, a exigência prevista no edital do concurso

(A) faz distinção razoável entre os candidatos do certame.

(B) desrespeita diretamente o princípio da igualdade, pois restringe o acesso ao cargo público, criando distinções ilegítimas entre brasileiros.

(C) desrespeita diretamente o princípio da legalidade, uma vez que a lei estadual não poderia dispor de tema relacionado a concursos públicos.

(D) desrespeita diretamente o princípio da moralidade administrativa, não sendo razoável exigir do candidato a apresentação de diploma de graduação em curso ofertado por instituição de ensino exclusivamente pública.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

“Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da economia e da seleção de proposta mais vantajosa para a administração. A fim de garantir tais premissas, é necessário que exista um processamento e julgamento em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e de outros que lhe sejam correlatos.” As informações se referem a:

(A) Fixação.

(B) Licitação.

(C) Liquidação.

(D) Pagamento.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Não há uniformidade doutrinária ou legal para o respectivo conceito; entretanto, devem ser considerados três pontos fundamentais para sua caracterização. Em primeiro lugar, é necessário que a vontade emane de agente da administração pública ou dotado de prerrogativas desta. Depois, seu conteúdo há de propiciar a produção de efeitos jurídicos com fim público. Por fim, deve toda essa categoria de atos ser regida basicamente pelo direito público. A afirmativa apresentada refere-se ao:

- (A) Ato político.
- (B) Negócio jurídico.
- (C) Ato administrativo.
- (D) Fato administrativo.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

O Poder Público de um determinado município, ao expedir atos administrativos que visam organizar o bom fluxo do trânsito local, colocou em algumas ruas da cidade placas indicativas de proibição de estacionamento. Sendo assim, os moradores e os visitantes daquele município, independentemente de sua vontade ou concordância, deverão obedecer à sinalização e se absterem de estacionar em local proibido. Dentre os atributos do ato administrativo, a situação descrita configura hipótese de

- (A) tipicidade.
- (B) imperatividade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) presunção de legitimidade.

10. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Atos administrativos são todas manifestações unilaterais de vontade da Administração Pública que, agindo nesta qualidade, tenha, por fim, imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.

(MEIRELLES, 2010.)

Os atos administrativos possuem atributos próprios que são “propriedades jurídicas especiais decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado constituindo-se em traço distintivo fundamental entre os atos administrativos e os demais atos jurídicos”.

(HIGA, CASTRO, OLIVEIRA, 2018.)

Relacione adequadamente os atributos dos atos administrados aos conceitos apresentados.

1. Autoexecutoriedade.
2. Exigibilidade.
3. Imperatividade.
4. Presunção de legitimidade.
5. Tipicidade.

() A Administração Pública deve respeitar a finalidade específica definida em lei para cada espécie de ato administrativo, estando impedida de praticar atos atípicos ou inominados.

() A Administração Pública por meio de certos atos pode exigir de terceiros a observação e o cumprimento das obrigações que impôs, inclusive aplicar sanções sem necessidade de ordem judicial.

() A criação de obrigações aos particulares independente de sua vontade, ou seja, de forma unilateral, é permitida à Administração Pública por meio de certos atos.

() A execução certos atos para compelir materialmente os administrados, sem necessidade de intervenção judicial, pode ser praticados pela Administração Pública visando o cumprimento da obrigação que se impôs.

() Todos os atos administrativos praticados pela Administração Pública são presumivelmente legais e verdadeiros, até prova em contrário.

A sequência está correta em

- (A) 2, 4, 1, 5, 3.
- (B) 3, 1, 2, 4, 5.
- (C) 4, 3, 5, 2, 1.
- (D) 5, 2, 3, 1, 4.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Os atos administrativos são ações ou manifestações de vontade emitidas pela Administração Pública, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos no âmbito do direito administrativo. São essenciais para o funcionamento do Estado e desempenham um papel indispensável nas relações entre a Administração Pública e os cidadãos. Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

(A) O primeiro requisito é conhecido como a autoexecutoriedade, que estabelece que os atos administrativos são considerados legais a menos que haja evidência em contrário.

(B) O segundo requisito é a imperatividade, que significa que a Administração pode executar seus próprios atos sem a necessidade de prévia aprovação do poder Judiciário.

(C) A imperatividade é um atributo do ato administrativo que implica que, para cada situação específica, deve ser usado um ato administrativo correspondente e típico, o que, naturalmente, restringe a escolha do administrador quanto ao ato a ser empregado.

(D) A coercibilidade é um atributo que concede à Administração a capacidade de impor penalidades aos administrados por não cumprir os atos emitidos por ela, respeitando o contraditório e a ampla defesa, mesmo que não tenham cometido nenhuma irregularidade, devido ao princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse do particular.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

Sabe-se que os atos administrativos são instrumentos essenciais para o funcionamento da Administração Pública. Eles são manifestações de vontade dos órgãos e agentes públicos que visam produzir efeitos jurídicos, regulando as relações entre o Estado e os administrados. Diante do exposto, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

(A) **Enunciativo**: são todos aqueles em que a Administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, sem se vincular ao seu enunciado.

(B) **Normativo**: caracterizado pela generalidade e abstração; isso significa que tais atos não atingem situações concretas específicas, mas se destinam a normatizar situações futuras. São atos discricionários e se submetem às mesmas regras de controle judicial das leis.

(C) **Negocial**: aquele em que a vontade da administração coincide com a pretensão de um particular. Eles são exigidos quando o particular necessita obter uma anuência ou consentimento prévio do Estado para poder exercer legitimamente determinada atividade. Podem ser discricionários ou vinculados.

(D) **Ordinatório**: possui a finalidade de disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos agentes públicos; portanto, eles têm alcance interno. Nessa linha, o seu fundamento é o poder hierárquico, pois esses atos são editados por um superior, tendo como destinatários os seus subordinados.

13. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Sobre a formação e efeitos do ato administrativo, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Ato válido.
2. Ato perfeito.
3. Ato eficaz.

() É o ato que completou as etapas necessárias para sua existência.

() É aquele apto a produzir efeitos próprios do ato; típicos.

() É aquele que foi praticado de acordo com o ordenamento jurídico.

A sequência está correta em

- (A) 1, 2, 3.
- (B) 3, 2, 1.
- (C) 2, 3, 1.
- (D) 2, 1, 3.

14. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de ato administrativo da espécie negocial.

- (A) Multa de trânsito por excesso de velocidade.
- (B) Demissão por descumprimento de dever funcional.
- (C) Apreensão de mercadoria vencida em uma padaria.
- (D) Licença para funcionamento de estabelecimento comercial.
- (E) Desapropriação de imóvel particular para fins de interesse público.

15. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Em relação às espécies de atos administrativos – normativo; ordinatório; negocial; enunciativo; e, punitivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Algum ato enunciativo é punitivo.
- (B) Nenhum ato administrativo punitivo é negocial.
- (C) Todo ato administrativo ordinatório é normativo.
- (D) Todo ato administrativo enunciativo é ordinatório.
- (E) Nenhum ato administrativo negocial é enunciativo.

16. INSTITUTO CONSULPLAN - 2023

Segundo a clássica lição de *Hely Lopes Meirelles*, “os atos administrativos podem ser classificados em cinco espécies: normativos; ordinatórios; negociais; enunciativos; e, punitivos”. Podemos considerar atos ordinatórios como sendo aqueles editados

- (A) pela Administração Pública para certificar, atestar ou confirmar um fato preexistente.
- (B) enquanto comando geral e abstrato, cujo objetivo é a fiel execução da lei, indicando e regulamentando a sua execução.
- (C) a pedido de um particular, concedendo uma anuência ou consentimento prévio do Estado para exercer, de forma legal e legítima, uma atividade específica.
- (D) no exercício do poder hierárquico, tendo como finalidade disciplinar o funcionamento da Administração Pública, assim como disciplinar a conduta funcional dos agentes públicos, no âmbito interno da Administração Pública.